



Por favor, preencher os dados abaixo

PROVA A

Nº de Inscrição:

Nome do Candidato:

CPF:

Telefone:

E-mail:

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES:

- Atenção para **preenchimento de seus dados no cabeçalho** da prova;
- Somente será considerada na correção a resposta escrita na área demarcada do caderno de prova, sendo desconsiderado qualquer texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas fornecidas;
- A prova terá a duração de 04 (quatro) horas;
- Este caderno de prova contém 30 questões de múltipla escolha;
- Serão anuladas questões com mais de uma resposta;
- O candidato não deverá assinar o caderno de prova, nem utilizar qualquer indicativo que possa identifica-lo, sob pena de ser desclassificado;
- Somente poderá ser utilizada caneta esferográfica preta ou azul, sendo desconsiderado texto definitivo escrito a lápis;
- Escreva com letra legível. No caso de erro, risque com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva o respectivo substituto. Parêntese não será aceito.
- Será entregue material para rascunho, o qual poderá ser levado pelos candidatos ao final da prova;
- Será eliminado o candidato que for descortês com os demais candidatos ou com os fiscais de prova;
- Nenhuma folha deste caderno poderá ser destacada durante a realização da prova;
- A interpretação das questões faz parte da prova, não podendo haver perguntas e nem apoio dos fiscais da prova;
- Durante a realização da prova não serão permitidas a consulta a qualquer material, a comunicação entre os candidatos e a utilização de aparelhos de comunicação.
- **O contato com os aprovados será realizado via telefone ou e-mail. Desta forma, a informação correta é de responsabilidade do candidato.**

DIREITO CONSTITUCIONAL,
DIRETOS HUMANOS E PRINCÍPIOS
DA DEFENSORIA PÚBLICA

1) Marque a alternativa que contém exemplos de ações utilizadas no sistema de controle concentrado no Brasil ([FUNATEC - 2024 - Prefeitura de Abadiânia - GO - Gestor Jurídico](#)):

- (A) Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- (B) Ação Revisional e Mandado de Segurança.
- (C) Ação Popular e Habeas Corpus.
- (D) Ação Rescisória e Agravo de Instrumento.

2) Os artigos 1º e 3º da Constituição Federal estabelecem os fundamentos e os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Assinale a alternativa que ostenta, exclusivamente, previsões constantes naqueles dispositivos:

- (A) Soberania, planificação econômica, cidadania, garantir o pleno desenvolvimento nacional e construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) Dignidade da pessoa humana, cidadania, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (C) Pluralismo político, soberania, participação do Estado no desenvolvimento econômico, cultural e concessão de asilo político.
- (D) Cidadania, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pluralismo político e defesa ativa e intransigente do livre-mercado.

3) Assinale a alternativa que contempla hipótese de crime para o qual a Constituição Federal **NÃO VEDA** o arbitramento de fiança.

- (A) Prática do racismo.
- (B) Ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado

Democrático.

(C) Crime doloso contra a vida.

(D) Tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

4) Sobre os direitos fundamentais e tratados internacionais, assinale a opção **FALSA**:

(A) Os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

(B) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

(C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais

(D) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

5) De acordo com o art. 134 da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados.

(B) A Defensoria Pública é instituição independente e essencial à função jurisdicional do Estado.

(C) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático,

fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, somente dos direitos individuais de forma integral e gratuita, aos necessitados

(D) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, somente na esfera judicial.

DIREITO ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO

6) Após uma vida dura de trabalho, Geraldo, que tem 80 anos, encontra-se doente em razão de um problema crônico nos rins e não possui meios de prover a própria manutenção. Morando sozinho e não possuindo parentes vivos, sempre trabalhou, ao longo da vida, fazendo pequenos biscates, jamais contribuindo com a previdência social. Instruído por amigos, procura um advogado para saber se o sistema jurídico-constitucional prevê algum meio assistencial para pessoas em suas condições. O advogado informa a Geraldo que, segundo a Constituição Federal ([FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXV - Primeira Fase](#)),

(A) é garantido o amparo à velhice somente àqueles que contribuíram com a seguridade social no decorrer de uma vida dedicada ao trabalho.

(B) é assegurado o auxílio de um salário mínimo apenas àqueles que comprovem, concomitantemente, ser idosos e possuir deficiência física impeditiva para o trabalho.

(C) seria garantida a prestação de assistência social a Geraldo caso ele comprovasse, por intermédio de laudos médicos, ser portador de deficiência física.

(D) há previsão, no âmbito da seguridade social, de prestação de

assistência social a idosos na situação em que Geraldo se encontra.

7) Administração Pública, diante de um ato administrativo editado por uma autoridade incompetente, anula o referido ato, sem antes acessar o Poder Judiciário. Com base no caso descrito, assinale a alternativa que apresenta o princípio em que a Administração Pública se baseou.

(A) Princípio da supremacia do interesse público.

(B) Princípio da segurança jurídica.

(C) Princípio da eficiência.

(D) Princípio da autotutela.

8) A concessão de serviços públicos é uma espécie de contrato administrativo e como todo contrato, vários fatores podem levar à extinção da concessão. Sobre as formas de extinção da concessão de um serviço público no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa CORRETA.

(A) encampação é o ato administrativo unilateral discricionário pelo qual, no decurso do prazo da concessão de serviço público, a administração, mesmo sem culpa do particular, põe fim à colaboração instituída, avocando a si o serviço, por motivo de interesse público.

(B) A encampação é a extinção da concessão pelo transcurso do tempo do contrato.

(C) A caducidade implica na retomada do serviço por razões de interesse público, segundo análise discricionária da administração pública.

(D) A extinção da concessão de serviço público ocorre apenas pelo transcurso do tempo.

9) Marque a opção **CERTA**. A seguridade social, tendo por princípios a dignidade humana, a solidariedade e a justiça social, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à:

- (A) Saúde, educação e previdência social.
- (B) Previdência social, assistência social e saúde.
- (C) Saúde, assistência social e educação.
- (D) Educação, assistência social e previdência social.

10) No regime geral de previdência social (RGPS), é **VERDADEIRO** afirmar que:

- (A) Carência é o período em que o segurado mantém essa qualidade, independentemente de contribuições, por prazo indeterminado, estando em gozo de benefício.
- (B) Período de graça é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.
- (C) Depende de carência a pensão por morte, o auxílio-reclusão, o salário-família e o auxílio-acidente.
- (D) Indepe de carência o salário maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

DIREITO CIVIL

11) Sobre os institutos da prescrição e da decadência, indique a afirmativa **CORRETA**:

- (A) A prescrição poderá ser alegada, em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- (B) A prescrição corre entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (C) As partes podem promover a alteração dos prazos de prescrição.
- (D) A decadência corre contra os absolutamente incapazes.

12) À luz do que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) As regras sobre o começo e o fim da personalidade são determinadas pela lei do país de origem do estrangeiro domiciliado no Brasil.
- (B) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplica-se a legislação do país de domicílio do proprietário ou possuidor.
- (C) Para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei do país onde devam ser cumpridas.
- (D) A sucessão por morte ou ausência obedece à lei do país de domicílio do falecido ou do ausente, independentemente da natureza e da localização dos bens.

13) O Código Civil de 2002 dispõe sobre os direitos da personalidade, sendo **VERDADEIRA** a seguinte proposição:

- (A) A personalidade civil da pessoa começa na concepção.
- (B) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são transmissíveis, mas irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- (C) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- (D) O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

14) Têm domicílio necessário ([CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RO - Delegado de Polícia](#))

- I. o incapaz.
- II. o servidor público.
- III. o militar.
- IV. o marítimo.
- V. o preso.

Assinale a opção **correta**.

- (A) Todos os itens estão certos.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens III e V estão certos.
- (D) Apenas os itens I, II e IV estão certos.

15) Acerca da Responsabilidade Civil, prevista no Código Civil de 2002, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (B) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
- (C) Será responsável pela reparação civil o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, ainda que estes não estejam no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
- (D) Não serão responsáveis pela reparação civil os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16) O artigo 2º do Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015, dispõe:

O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.

Nesse dispositivo encontra-se retratado o seguinte princípio ([IDECAN - TJ PI - Analista Judicial - 2022](#)):

- (A) boa-fé processual.
- (B) inércia da jurisdição.

- (C) juiz natural da causa.
- (D) imparcialidade do juiz.

17) São elementos da ação:

- (A) possibilidade jurídica do pedido, legitimidade *ad causam* e interesse processual.
- (B) legitimidade *ad causam* e interesse processual.
- (C) partes, causa de pedir e pedido.
- (D) partes, causa de pedir e interesse processual.

18) Estabelece o Código de Processo Civil: ([FCC - 2018 - SEAD-AP - Analista Jurídico](#)):

Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida (art. 9º, caput);

O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício (art. 10º).

Tais normas atendem ao princípio:

- (A) Contraditório.
- (B) Inércia.
- (C) Motivação das decisões judiciais.
- (D) Inafastabilidade da jurisdição.

19) O exercício da jurisdição é atividade inerente à soberania estatal, somente cabendo ao próprio Estado definir as hipóteses nas quais o fará e envolve a distribuição de atribuições aos órgãos jurisdicionais. Como resultado dos critérios dessa distribuição, encontram-se as regras de competência. Sobre ela, marque a alternativa que contém uma proposição VERDADEIRA.

- (A) Se o imóvel se achar situado em mais de um Estado, comarca, seção ou subseção judiciária, a competência territorial do juízo prevento estender-se-á sobre a totalidade do imóvel
- (B) A competência relativa não se

modifica pela conexão ou pela competência

(C) Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e aos pedidos

(D) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é derogável por convenção das partes

20) Consoante prevê o Código de Processo Civil, constitui hipótese de extinção do processo, com julgamento do mérito:

(A) em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível.

(B) o autor desistir da ação após a citação, com a concordância do réu.

(C) for acolhido pedido contido na reconvenção.

(D) for reconhecida a carência de ação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

21) São causas de rejeição da denúncia e absolvição sumária, respectivamente, previstas nos artigos 395 e 397, do Código de Processo Penal:

(A) inépcia e falta de justa causa para a ação penal.

(B) falta de justa causa para a ação penal e que o fato narrado evidentemente não constitui crime

© inépcia e prescrição.

(D) existência manifesta de excludente de ilicitude do fato e falta de condições para o exercício da ação penal.

22) A respeito dos recursos e das ações constitucionais, previstos no Código de Processo Penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) Da decisão de pronúncia ou impronúncia do réu, nos processos da competência do tribunal de júri, caberá apelação.

(B) A interposição de recursos será

sempre voluntária, inexistindo hipótese de interposição de recurso de ofício pelo juiz.

(C) Caberá recurso, no sentido estrito, no prazo de 5 dias, da decisão, despacho ou sentença, que concluir pela incompetência do juízo

(D) A legitimidade para impetrar Habeas Corpus é privativa do advogado, admitindo-se, excepcionalmente, o Ministério Público como fiscal da lei

23) A respeito da Lei no 9.099/95, é **CORRETO** afirmar que:

(A) a transação penal, nas ações penais públicas condicionadas à representação, oferecida pelo Ministério Público ao autor da infração e por ele aceita, não será homologada pelo Juiz se não contar com a anuência da vítima.

(B) A suspensão condicional do processo só poderá ser revogada se o acusado vier a ser condenado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

(C) a suspensão condicional do processo, prevista no artigo 89 da Lei, aplica-se aos crimes cuja pena mínima não exceda a 2 (dois) anos.

(D) não cabe prisão em flagrante nos crimes de menor potencial ofensivo.

24) Marque a alternativa **FALSA** sobre a Prisão Preventiva, nos termos do Código de Processo Penal:

(A) A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato em estado de necessidade, legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.

(B) Será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes

para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.

(C) Será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos e culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

(D) Será admitida a decretação da prisão preventiva se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

25) A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

(A) maior de 70 (setenta) anos.

(B) homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

(C) gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.

(D) mulher com filho de até 16 (dezesseis) anos de idade incompletos.

DIREITO PENAL

26) Quanto ao “tempo do crime”, o Código Penal brasileiro adota, no art. 4, a teoria:

(A) da atividade;

(B) do resultado;

(C) da ubiquidade;

(D) da consumação;

27) O concurso de pessoas, também chamado de concurso de agentes, nos delitos de furto (art. 155, CP) e roubo (art. 157, CP) correspondem, respectivamente, a

(A) circunstância qualificadora e causa de aumento.

(B) circunstância qualificadora e circunstância qualificadora.

(C) causa de aumento e causa de aumento.

(D) causa de aumento e circunstância qualificadora.

28) Sobre a extinção da punibilidade, é **CORRETO** afirmar:

(A) Extingue-se a punibilidade pelo indulto, que consiste na exclusão, por lei ordinária com efeitos retroativos, de um ou mais fatos criminosos do campo de incidência do Direito Penal.

(B) A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.

(C) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr, nos crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam violência contra a criança e ao adolescente, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 16 (dezesseis) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal

(D) Extingue-se a punibilidade pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.

29) A Lei de Introdução do Código Penal diz no “Art. 1º Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.”

De acordo com as definições do art. 18 do Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O crime é culposos, quando o agente

quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo

(B) O crime é doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

(C) O crime é doloso, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

(D) O crime é culposo, quando o agente deu causa ao resultado por assumir o risco do produzi-lo.

30) Sobre a imputabilidade penal, é **FALSO** afirmar:

(A) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(B) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

(C) Não excluem a imputabilidade penal a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, nem se embriaguez for completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, e se o agente era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(D) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

